

A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO PARA O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA: ASPECTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Carina Sandi¹
Jociela Paula Saccardo²
Noeli Woloszyn³

RESUMO

O cooperativismo é um movimento que considera as cooperativas como forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade. O surgimento do cooperativismo deve-se ao desenvolvimento industrial ocorrido na Europa durante o século XIX, levando em conta o fato de ter sido um movimento operário que reagiu contra as regras de exploração trabalhista da época. A primeira cooperativa surgiu em 1844, na pequena cidade de Rochdale (Inglaterra). Constituída por 28 tecelões que havia perdido seu espaço de trabalho para as fábricas. Assim surgiram os princípios econômicos do cooperativismo, entre eles a adesão livre e a cooperação. Com essas idéias a prática se propagou por todo o mundo, chegando ao Brasil em 1847, onde foi organizada por colonos imigrantes europeus no Paraná. As primeiras experiências no Oeste do estado de Santa Catarina ocorreram no meio rural, com cooperativas agrícolas, devido à dificuldade dos agricultores no armazenamento, beneficiamento e comercialização dos produtos agrícolas produzidos na época.

ABSTRACT

The cooperativismo is a movement that considers the cooperatives as ideal form of organization of the partner-economic activities of the humanity. The sprouting of the cooperativismo must it the occurred industrial development in the Europe during century XIX, taking in account the fact to have been a working-class movement that reacted against the rules of working exploration of the time. The first cooperative appeared in 1844, in the small city of Rochdale (England). Constituted of 28 tecelões that its space of work for the plants had lost. Thus the economic principles had appeared of the cooperativismo, between them the free adhesion and the cooperation. With these ideas the practical one if propagated for the whole world, arriving at Brazil in 1847, where it was organized by European immigrant colonists in the Paraná. The first experiences in the West of the state of Santa Catarina had occurred in the agricultural way, with agricultural cooperatives, due to difficulty them agriculturists in the storage, improvement and commercialization them produced agricultural products at the time.

INTRODUÇÃO

¹ Acadêmica da 5ª fase do curso de História da UnC – Concórdia/SC

² Acadêmica da 5ª fase do curso de História da UnC – Concórdia/SC

³ Professora e coordenadora do curso de História. Está orientando a pesquisa.

O cooperativismo surgiu em meio a Revolução Industrial Inglesa, marco histórico que definiu uma nova ordem econômica mundial, denominado capitalismo. No contexto de intensos conflitos onde a fábrica se instalava no lugar de pequenos trabalhadores que viviam de seu artesanato, o cooperativismo foi implantado como uma alternativa para a classe trabalhadora.

Dessa forma o cooperativismo adquiriu princípios, e em pouco tempo já existiam cooperativas por todo o mundo. Em 1847 esse movimento, alcança o Brasil através de idéias anarquistas e sindicalistas de imigrantes europeus que no país se instalavam. Não demorou muito e essas idéias se propagaram por todo o território nacional.

Em 1841, segundo alguns autores no estado de Santa Catarina já havia surgido alguma experiência de cooperativismo. Mas foi a partir do surgimento oficial que o cooperativismo ganhou força e chegou a ser considerado por muito tempo como uma alternativa de organização popular. Porém hoje o cooperativismo pode ser visto de várias formas dependendo da forma de estudo que será utilizada.

1) OS CONCEITOS DE COOPERATIVISMO

Para muitos o cooperativismo vai além de um modo de produção. Ele acaba se tornando “filosofia da vida”. É o que nos explica Ricciardi e Lemos (2000, p.09)

O cooperativismo é algo além de um processo de um processo de produção. Ele acaba sendo uma filosofia de vida dado que o ser cooperativista transcende a pura e simples produção de bens/ prestação de serviço e ingressa na própria dinâmica dos grupos familiares, configurando-se como estímulo de vida altamente motivada para todos.

Porém o cooperativismo na prática está longe de ser uma filosofia de vida. Com o passar do tempo o cooperativismo precisou se adaptar a nova ordem econômica que se implantava. Com isso tornou-se uma empresa capitalista, deixando de lado alguns princípios básicos como o de ajuda mútua. E por fim esquecendo o sentido de cooperação para com a classe trabalhadora.

O que Vendramini (2002, p.113), nos afirma, é que o modelo cooperativista surgiu como uma alternativa para a classe trabalhadora:

O cooperativismo surge na Europa através da idéia de vários socialistas utópicos, visando criar alternativas imediatas em relação a extrema penúria da classe trabalhadora submetida a exploração capitalista. Produziam associações em que os Interesses coletivos sobressaíam ao Individual.

A doutrina cooperativista foi de uma proposta que surgiu para transformar a ordem social existente. É o que nos mostra Pinho (2004, p.162):

É uma proposta de mudança do meio econômico-social que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos. Tal como as doutrinas econômica e sociais, a doutrina cooperativista da primeira metade do século XIX, é uma proposta de reforma social, com um projeto utópico, imaginário, de transformação da ordem social existente e da construção de uma sociedade democrática e equitativa por seus idealizadores.

Tanto Vendramini quanto Pinho nos demonstram porque o cooperativismo, surgiu como alternativa para a população. Visava as idéias socialistas, tendo o cooperativismo assim adotado um caráter utópico. Os autores imaginavam que o cooperativismo viria como uma alternativa para acabar com o capitalismo, mas isso não ocorreu, o que aconteceu foi que o cooperativismo complementou o capitalismo.

Figueiredo (2000, p.145) nos relata que o estudo do cooperativismo nos permite conhecer o que há de fato.

O estudo do cooperativismo possibilita o conhecimento que, de fato existe uma doutrina social e econômica que, sobremaneira, pode as seqüelas da estrutura de um sistema econômico que, além não se volta para as questões sociais privilegiadas ou para os detentores do capital.

Segundo Jordan (2000, p.64), o cooperativismo surgiu com o “objetivo de solucionar os problemas sociais”:

O cooperativismo é uma doutrina que tem por objetivo a solução de problemas sociais por meio da criação de comunidades de cooperação. Tais comunidades seriam formadas por indivíduos livres, que seriam encarregados da gestão da produção e participariam igualmente dos bens produzidos.

O que podemos analisar é que todos esperam muito do cooperativismo, além até do que ele pode nos dar. Muitos afirmam que o cooperativismo é a solução de todos os problemas sociais, mas o que acontece na prática é diferente. Mesmo o cooperativismo sendo tão bom como os autores afirmam, e em ascensão no mundo. Ainda há desemprego, gente sem moradia e etc., os problemas sociais continuam por toda a parte.

O cooperativismo surgiu em meio a Revolução Industrial. Principal acontecimento mundial, onde a tecnologia substituiu o homem. A Revolução Industrial trouxe consigo novas tendências econômicas para o mundo, isso fez com que a classe trabalhadora busca-se novas alternativas para sua sobrevivência surgindo assim o cooperativismo.

2) A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução industrial foi responsável por um de mudanças tecnológicas, XVIII e XIX. A partir desse momento, a máquina substituiu o trabalho humano e surgiu uma nova relação entre o trabalho e o capital. Ordonez e Quevedo (2000, p.126) nos relatam que a Revolução Industrial provocou enormes modificações sociais, econômicas e políticas:

Dessa forma denomina-se Revolução Industrial o grande desenvolvimento da manufatura ocorrido a partir da segunda metade do século XVIII, que levou ao surgimento da fábrica e provocou grandes modificações econômicas, políticas e sociais. Junto a Revolução Industrial emergiu um novo sistema econômico, social e político, o capitalismo, que se tornou hegemônico ao longo do século XIX. Houve a substituição do trabalho artesanal pelo trabalho assalariado, com o predomínio do uso das máquinas, o que significou uma profunda transformação nas relações de trabalho, diretamente vinculados ao capital. A Revolução Industrial levou a uma ruptura da velha ordem e possibilitou a consagração da ordem burguesa.

A Revolução Industrial trouxe benefícios tecnológicos para a humanidade. Mas por outro lado trouxe também a alienação do homem pelo trabalho. Substituiu-se o socialismo implanta-se o capitalismo e a burguesia passa a explorar a classe operária. Com a Revolução Industrial, o homem passou a perceber a necessidade do trabalho para sobreviver, mão-de-obra barata facilitou o enriquecimento da burguesia.

Mas o que sabemos, é o que a revolução Industrial não aconteceu por causa de uma “aceleração do crescimento econômico”. É o que nos explica Hobsbawm (2003, p.33):

[...] A Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social e através dela. Os primeiros observadores, que concentram sua atenção nos meios de produção qualitativamente novos – as máquinas, o sistema fabril e tudo o mais – tiveram o instinto certo, mas por vezes seguiram-no cegamente demais.

Segundo Burns, Lerner e Meacham (2001, p.514), a Revolução Industrial foi consequência da economia abundante do país:

[...] A economia inglesa havia progredido mais que a de quaisquer país em direção a abundância. Nos termos mais simples possíveis, podemos dizer que um menor número de pessoas estavam ali empenhadas na luta mesquinha para apenas sobreviver; que mais pessoas estavam em condições de vender o excedente das mercadorias que produziam a um mercado que se expandia constantemente; e que mais pessoas dispunham de dinheiro suficiente para adquirir os bens oferecidos no mercado. Os trabalhadores ingleses ainda que mal remunerados, gozam de um padrão de vida superior os seus colegas de continente [...]

A economia da Inglaterra cresceu, graças ao mercado que se expandia e ao dinheiro abundante que alguns possuíam. Mas realmente será que esses foram os únicos aspectos que levaram a desencadear a Revolução Industrial, ou isso foi uma mera inverdade inventada pelos burgueses para abafar o interesse na exploração operária e na obtenção de lucros através das novas tecnologias.

A Revolução Industrial trouxe aumentos na produtividade humana. Foi a construção de fábricas que constitui a base desse aumento. Para canalizar a capacidade produtiva para criar bens de capital, era preciso destinar uma parte muito menor para fabricar bens de consumo (Hunt, 1981).

Realmente podemos definir a Revolução Industrial como uma transformação na humanidade. Transformou tudo até os dias de hoje. A máquina hoje é a peça mais importante, já que em certos momentos ela substitui o trabalho humano. Foi a Revolução Industrial a transformação um momento histórico para os homens, em tecnologia, trabalho, exploração e capital.

A Revolução Industrial transformou a sociedade em que vivemos hoje. Trabalhamos para nossa sobrevivência, não somos escravos, mas enriquecemos com nosso trabalho o patrão por um salário que mal cobre nossas despesas. De certa forma

somos explorados, e obrigados a viver em uma sociedade capitalista, onde os detentores do poder buscam cada vez mais o aumento de seu capital.

Durante toda a Revolução Industrial, o padrão de vida dos pobres foi o que mais caiu. E é nesse contexto que se começa a se espalhar às idéias do movimento cooperativista. Como nos relata Neto (2002, p.52, apud Singer 1999, p.91):

A difusão inicial das cooperativas coincide com a Revolução Industrial, o que dificilmente terá sido por acaso. [...], a revolução industrial ocorre numa conjuntura favorável a manufatura, em que inovações técnicas barateavam os produtos e permitiam expandir fortemente a produção. Neste período, diferentes categorias de trabalhadores qualificados gozam de condições favoráveis no mercado de trabalho, o que lhes deve ter proporcionado meios para desdobrar atividades mutualistas, iniciando cooperativas de consumo e de produção para autoconsumo.

A classe trabalhadora cansada da exploração e penúria que viviam buscam uma alternativa. E inspirados por socialistas que pregavam idéias de transformação social, por associações que visavam o trabalho coletivo. É nesse contexto que o socialismo aparece em defesa da classe mais pobre. O socialismo com suas idéias de mudança social conseguem motivar as pessoas em lutar e buscar alternativas de mudanças sociais.

3)O SOCIALISMO

A origem das cooperativas se deve a Revolução Industrial, que teve sua origem a partir da transição do feudalismo para o capitalismo. Todo esse contexto ocorreu na sociedade européia moderna. Foi a partir desse momento que começaram a aparecer os socialistas com idéias de transformação da sociedade da época.

Para Hunts(1981, p.190), as primeiras idéias econômicas socialistas surgira, na “Economia Política clássica inglesa”:

As idéias econômicas socialistas tiveram, inquestionavelmente, suas principais raízes intelectuais na Economia Política clássica inglesa. Pelos escritores de Thompson e Hodgskin, estas doutrinas econômicas penetraram no movimento de Owen, na Inglaterra, exercendo considerável influência na década de 1830. Todavia, as idéias socialistas difundiram-se mais depressa na França, tendo exercido sua maior influência nas décadas de 1830 e 1840.

As novas tecnologias tiveram um papel essencial na construção sócio-econômica da Idade Moderna. As mudanças de base tecnológica criaram o sistema capitalista. Mudando toda uma ordem social existente, e passando a implantar outra com prioridade para o capital, a abertura de mercado, a exploração da classe operária, dentre outras que foram impostas pela burguesia.

A história do socialismo constitui um protesto, que continuamente é renovado, assume sua posição contra a propriedade privada. Regime único, que prolongado no tempo e espaço torna-se base essencial na personalidade humana. De toda organização econômica e instituição da civilização (Hungs, 1984).

Os socialistas tinham em comum o ideal de organizar as classes populares em torno de um mesmo ideal. Essas organizações visavam criar maneiras de desenvolvimento socialista dentro da estrutura capitalista. Foi essa experiência que acabou tornando o capitalismo com caráter mais humanizado durante o século XIX.

O socialismo moderno surgiu, como resposta a era industrial. Como economistas desenvolveram ideologia sobre a nova ordem. Os socialistas desenvolveram sua crítica. É o que nos explica Fustfeld (2001, pg.77):

Alguns socialistas eram pouco práticos, sonhadores idealistas, outros eram críticos obstinados da sociedade existente, outros revolucionários – mas todos compartilhavam as críticas a nova sociedade industrial e convicção de que a propriedade dos meios de produção tinha de ser coletiva não privada. Os socialistas tinham opinião diferente da dos economistas Clássicos sobre a natureza da sociedade – afirmam que o tecido social era um organismo todo composto por classes, e não de um conjunto de indivíduos independentes. [...]

A luta dos socialistas era utópica, já que o capitalismo só poderia ser rompido se houvesse uma transformação dentro de sua própria estrutura econômica. Isso somente aconteceria se ocorressem lutas revolucionárias apoiadas pelas classes populares. Mas como só foram feitas tentativas de reformas graduais os objetivos infelizmente não foram alcançados.

Os socialistas buscavam uma sociedade mais justa. Livre de qualquer conflito que ameace a harmonia entre os homens. Isso se relata em Silva (1998, pg. 85):

O sonho de uma sociedade de plenitude, transparente, livre, igualitária, isenta de conflitos, juntamente com um “novo

homem”, livre do egoísmo, da ganância, do ódio e extremamente solidário, faz com que a realidade existente seja medida, agora por um elemento contra-fático, por um lugar ainda não existente no tempo e no espaço contra sua força na denúncia do capitalismo

Os socialistas buscavam a criação de uma sociedade ideal, sem injustiças sociais e desigualdades. Uma sociedade que pudesse ser construída sem a necessidade da exploração da classe operária. Enfim uma sociedade, com direitos e deveres iguais para todos. Onde todos vivessem em paz sem a necessidade da briga pelo capital, a competição de ver quem é melhor que o outro, uma sociedade mais igualitária.

É nesse contexto que surge as primeiras cooperativas. Como uma alternativa de organização popular, dentro de uma sociedade capitalista. É o que relata Hunts (1981, pg. 179):

Nestas comunidades, as pessoas poderiam, livremente, adquirir os objetos necessários em uma loja comum a todos. As crianças seriam educadas na comunidade e dormiriam em dormitórios comuns a todos, enquanto os adultos viveriam em pequenos apartamentos. A cozinha seria comum a todos. Não haveria divisão do trabalho com base no sexo. Cozinhar, cuidar das crianças e outras formas de trabalho feminino seriam divididos por todos, em um sistema de revezamento. Todos saberiam cuidar de muitas ocupações e se revezariam regularmente nestes trabalhos para eliminar a monotonia. Todo adulto membro de cada comunidade participaria regularmente dos grupos de coordenação e governo. Todos teriam acesso a melhor educação. Seria garantida absoluta liberdade política, intelectual e religiosa. Por fim, toda riqueza seria controlada pela comunidade e dividida para que não pudessem surgir distinções individuais baseadas na distribuição da riqueza material. [...]

É nesse período que surge a primeira cooperativa que se tem relato, em Rochdale, na Inglaterra. Essa cooperativa visava a ajuda mútua, em que os interesses coletivos eram mais fortes que os individuais. Surgia assim o cooperativismo dentro de um contexto capitalista, tido por muitos como uma alternativa para a classe operária.

4) OS PIONEIROS DE ROCHDALE

Rochdale, região de Laucaster na Inglaterra. Foi esse o cenário em que surgiu a primeira cooperativa, como tentativa de solução a penúria da classe trabalhadora. É o que relata Ocesc (1993, pg. 12):

Prejudicados pelo novo modelo industrial que substituiu o trabalho artesanal e outras atividades pelas máquinas que haviam sido inventadas, esses trabalhadores tiveram que enfrentar os inconvenientes do desemprego, em virtude da mão-de-obra excedente, sendo levados a se preocuparem com outras alternativas para garantirem o sustento de suas famílias. Discutindo suas dificuldades e buscando soluções para problemas que já se tornavam angustiantes em toda a Europa, eles ouviram a opinião de um companheiro que fora discípulo de Robert Owen, e decidiram pela criação de uma sociedade de consumo, baseada no cooperativismo puro. [...]

A cooperativa surge naquele momento com um único propósito, de resolver os problemas sociais enfrentados pela classe operária da época. Todos os associados eram livres, e participavam igualmente dos bens produzidos. Assim a cooperativa tentou representar uma alternativa entre os sistemas socialista e capitalista. Criaram princípios que aos poucos foram se tornando realidade em todo o mundo.

Isso ocorreu porque os trabalhadores sentindo-se prejudicados pelo novo modelo econômico, tiveram de enfrentar, o problema básico da sobrevivência humana. É o que nos continua a explicar Figueiredo (2000 pg 140):

a) falta de moradia; b) acesso à educação, saúde e alimentação; e, c) alto índice de desemprego. Esses operários, com dificuldades para garantir subsistência inclusive de seus familiares, embrenham-se, então, a buscar alternativas possíveis para mudar essa situação. Economizaram em um ano, 28 libras esterlinas, para pôr em prática um projeto de vida que consistia em: 1-abrir um armazém comunitário para venda de provisões, roupas, etc.; 2-comprar e construir casas, destinadas aos membros que desejassem amparar-se mutuamente para melhorar sua condição doméstica e social; 3-iniciar a manufatura dos produtos que a cooperativa julgasse conveniente, empregando os cooperados que se encontrassem sem trabalho ou que estivessem com reduções salariais; 4-comprar ou alugar terra para cultivo pelos membros desempregados; 5-organizar as forças de produção e distribuição; 6-desenvolver métodos de educação; 7-praticar uma administração autogestionário e democrática de empreendimentos.

Os proletariados ingleses acreditavam no cooperativismo. Mas com o passar do tempo o sistema cooperativista passou a ser absorvido pelo capitalismo, que o incorporou no contexto de complementação de mercado. O cooperativismo precisou ceder suas idéias socialistas e se aliar ao capitalismo, para se manter na nova ordem econômica mundial que se implantava.

O cooperativismo hoje, de certa forma ainda é visto como uma alternativa de organização popular, para mudar a realidade social. Mas as cooperativas de hoje não se importam mais com os princípios de divisão igualitária e de bem comum. Passaram a adaptar-se ao sistema econômico que vigora, esquecendo os ideais propostos pelos pioneiros de Rochdale, transformando a cooperativa em empresa capitalista.

As cooperativas surgiram primeiramente nas cidades, depois foram se espalhando chegando até as áreas agrícolas. Foi isso o que ocorreu com o cooperativismo no Brasil e no estado de Santa Catarina. Onde diferentemente dos outros estados, as primeiras experiências se efetuaram nas áreas rurais. Porém o cooperativismo só ganhou força com o governo de Getúlio Vargas.

5) O GOVERNO DE GETÚLIO VARGAS E O COOPERATIVISMO

O conflito da sucessão do presidente Washington Luis, provocou o rompimento das oligarquias que mantinham o poder. Esse foi o motivo principal para que ocorresse uma revolução, que acabou derrubando a República Velha. O poder passa a ser exercido por outro bloco político. Que era comandado pela burguesia industrial e comercial da época.

A partir de 1930 Getúlio Vargas assume o poder. Dando início a então denominada “Era Vargas”. É o que nos relatam Ordonez e Quevedo (2000, pg.403):

No decorrer dos quinze anos em que governou o Brasil, Getúlio foi chefe do Governo Provisório (1930 – 1934), Presidente Constitucional, eleito por via indireta (1934 – 1937), e ditador de uma ordem autoritária conhecida como Estado Novo (1937 – 1945).

Vargas assume após a grande crise mundial ocorrida em 1929. E desde o começo ressalta a dependência do país em relação aos produtos agrícolas de exportação como o cacau e o café. Inicia-se então um processo de industrialização que se intensifica com a implantação do Estado Novo.

No Brasil, a Revolução de 1930 possibilitou a Vargas a introdução de uma série de medidas dirigidas à industrialização, com um caráter nacionalista. O desenvolvimento industrial como na Argentina, atraiu para as cidades os elementos rurais que constituíram a massa urbana. Por sua vez, esta massa pressionou no sentido de conseguir melhorias sociais, posteriormente sancionadas por Vargas. Entre essas realizações estavam a estabilidade no emprego, a indenização por

acidentes, refeitórios populares, criação de salários mínimos e salários adicionais, organização dos institutos e caixas de pensões que ofereciam serviços de seguro social, assistência médica e hospitalar, além do financiamento para a construção de casas para os operários. [...] (HAUSSEN, 1997 pg.17)

Porém o que Furtado (2000, pg.158), nos afirma é que não foi o governo que estimulou as “atividades industriais”, mas sim fatores de origem externa e interna que se uniram:

A política governamental não estimulou as atividades industriais, elas, todavia se expandiram na década de trinta por efeito de uma serie de fatores de origem interna e externa que se conjugaram. O rígido controle das importações provocou um aumento violento nos produtos adquiridos no exterior, obrigando o consumidor a procurar o produto nacional substituto do importado, o que estimulou o crescimento do mercado interno, que se tornou o setor mais dinâmico da economia nacional[...]

O que Furtado quer nos mostrar é que não foi o governo de Getúlio Vargas que estimulou as atividades nas indústrias. Mas sim os fatores de crescimento econômicos interno e externos, que expandiu as indústrias da época. Foram também esses fatores que demonstraram o quanto o país necessitava de uma industrialização, para que assim pudesse melhorar economicamente.

Um aspecto que destaca o Governo de Getúlio Vargas era a política trabalhista. Em seu governo foram criados o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Surgiram também leis em favor dos trabalhadores e “enquadramento nos sindicatos”:

O enquadramento dos sindicatos foi estabelecido por um decreto de março de 1931. Ele dispunha sobre a sindicalização das classes operárias e patronais, mas eram as primeiras o foco do interesse. O sindicato foi definido como órgão consultivo e de colaboração com o poder público. [...] (FAUSTO, 2001 pg.187)

Após a lei de “enquadramento dos sindicatos”, em 1932 é criada a primeira Lei Cooperativa no Brasil. Essa lei veio a desencadear um movimento cooperativista. Que resultou na criação de cooperativas por todo o território nacional. Essas cooperativas se propunham a fornecer uma alternativa para os produtores rurais através do bem comum.

6) O MOVIMENTO COOPERATIVISTA

A primeira organização baseada no bem comunitário e voltada a formar uma cooperativa deu-se no Brasil em 1600. Período em que surgiram as primeiras reduções Jesuíticas. Baseava-se na solidariedade humana, onde o bem estar do grupo sobressaia ao individual.

Entretanto a primeira cooperativa com “moldes rochdaleanos”, foi criada em 1847. pelo médico Francês Jean Maurice Faivre, a frente dos colonos europeus inspirados por Fourier. Funda-se a Colônia Tereza Cristina no Paraná. Esta organização “alargou os princípios do cooperativismo brasileiro”, servindo como referencial aos novos empreendimentos coletivos. (RIOS, 1987)

Mas a primeira cooperativa que se tem relato, dando inicio oficial ao cooperativismo no Brasil, surgiu em 1889. É o que nos demonstra Pinho (2004, pg.13):

As informações atualmente disponíveis indicam que a história do cooperativismo formal no Brasil começa de fato, com a fundação da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em 27 de outubro de 1889, é a mais antiga cooperativa que se tem relato no Brasil. É a primeira iniciativa de trabalhadores livres, logo após a extinção do escravismo, para criar uma espécie de banco sob a forma de sociedade anônima, mas prevendo sua expansão a cada caixa de auxílio e socorro, na construção de casas para alugar ou vender aos sócios, além de outras atividades, muito semelhantes aos termos da Carta de Princípios, divulgada pelos Pioneiros de Rochdale quando fundaram sua cooperativa de consumo, mas que nunca passou a ser de um grande ideal.

Rios e Pinho nos dão uma visão diferente sobre a história do cooperativismo no Brasil. Mas o que podemos perceber é que as cooperativas foram criadas na inspiração dos Pioneiros de Rochdale. Idéias socialistas de cooperação, tidas como alternativa para mudar o mundo e a condição de vida das pessoas.

No decorrer do século XIX, com a chegada dos imigrantes alemães e italianos, essas iniciativas foram mais frequentes. Muitas das comunidades que se formaram por todo o território nacional, mais especialmente no Sul, tentaram resolver seus problemas de consumo, credito e produções, criando organizações comunitárias em moldes das que conheceram em suas pátrias de origem. (OCESC, 1993 pg.18)

Esses colonos trouxeram consigo algumas idéias anarquistas e sindicalistas. E ajudados por brasileiros que conheciam as associações de cooperativas para pequenos agricultores, da Alemanha e Itália, tiveram o impulso de que precisavam. Começando assim a fundação das primeiras associações.

Mas em Santa Catarina, diferentemente do que aconteceu em outros estados, as primeiras experiências ocorreram no meio rural, antes mesmo de Rochdale. É isso que nos relata a OCESC (1993, pg. 20):

Ao contrário do que aconteceu em outros Estados, as primeiras experiências cooperativistas catarinense ocorreram no meio rural. Além da tentativa de criação de uma colônia de produção e consumo no município de São Francisco do Sul, em 1841, seguiram-se iniciativas similares de formação de sociedades cooperativas de crédito rural (caixas populares), agrícolas, de produção de erva-mate e outras. As mesmas estenderam-se a partir daquela época, até 1934, em Rio dos Cedros, Urussanga, Nova Veneza, Armazém, Azambuja, Belvedere, Concórdia, Itapiranga, Rio do Sul, Palmitos e Canoinhas, com a participação de imigrantes, franceses, alemães, italianos e poloneses.

Mas o que aconteceu a partir de 1940 a 1950, foi a criação de cooperativas em outros segmentos. E a partir de 1960 até 1970, algumas cooperativas começaram a cair. Como nos mostra OCESC (1993, pg.20):

[...] já nas décadas de 60 e 70, foram fundadas cooperativas de diferentes segmentos em um grande número de cidades catarinenses. Muitas dessas sociedades foram liquidadas no ano de 1964 por não atingirem os objetivos estabelecidos pela legislação do país, permanecendo somente aquelas que realmente possuíam condições de desenvolvimento e de prestação de serviços em benefício de seus cooperados.

O que aconteceu em Santa Catarina, foi o reflexo de uma euforia cooperativista. Inspirados em Rochdale, todos acreditaram que poderiam fundar uma associação com base na coletividade. Mas não perceberam que era necessário, não somente a cooperação, mas também benefícios aos seus cooperados.

A legislação do país mudou, acrescentando novas leis e retirando outras. E a partir de 1989, surgem novas normas, que vai caracterizar no Brasil e em Santa Catarina

um caráter de cooperativismo moderno. Mudando dessa forma toda a estrutura cooperativista brasileira.

7)COOPERATIVISMO MODERNO

A partir de 1980, as cooperativas de Santa Catarina e outros Estados, sentiram a necessidade de uma maior integração entre cooperados e dirigentes. Isso era necessário para a obtenção de um desenvolvimento mais eficiente do sistema cooperativista. É o que nos demonstra OCESC (1993 pg.24):

Em 1986, conclui-se pela necessidade do Sistema Cooperativo assumir inteiramente a responsabilidade pelo seu crescimento, procurando desta forma evitar a dependência em relação ao governo. Este desejo foi amplamente discutido pelas bases, em nível nacional, sendo posteriormente analisado e homologado pelo 10º Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em março de 1988. Desde então, iniciou-se a defesa de postulações junto ao Congresso Nacional, através da Frente Parlamentar Cooperativista. O trabalho resultou na Autogestão definida assumida pelas cooperativas e assegurada pela Constituição de 1988.

Com o fim da intervenção do estado no funcionamento das cooperativas, os dirigentes tornaram-se responsáveis pela gestão das mesmas. As cooperativas passam a andar com suas próprias pernas. Iniciando-se assim um novo estágio para o cooperativismo brasileiro.

Como uma sociedade autônoma, as cooperativas se depararam com a globalização. Ordem econômica mundial, que surgia visando a aceleração de mercado capitalista. Isso obrigou as cooperativas a mudarem suas estratégias. É o que nos explica Arruda apud Neto (2002, pg.145):

[...] lado a lado, com o sistema cooperativo “tradicional” que envolve cooperativas grandes e médias operando dentro do mercado capitalista e em economias de planejamento centralizado, diversas iniciativas centradas no interesse popular estão em marcha: associações e bancos de micro créditos que já existem nos três continentes “em desenvolvimento” e formaram uma associação internacional. Elas tornaram o crédito possível a milhões de empreendedores pobres [...]

O que o autor nos relata é o surgimento das cooperativas de crédito. É nesse momento que o cooperativismo começa a ser considerado como uma economia solidária. Que aos poucos se espalha por todo o mundo. Essa foi a forma que as cooperativas encontraram para se manterem no mercado capital. Se tornando uma empresa capitalista, mas demonstrando ao cooperado um caráter socialista.

No Brasil em 1989, um projeto denominado Osmar Dias, provoca alterações em toda a ordem cooperativista. Como nos diz Pinho (2000, pg.99):

Dentre as alterações do projeto Osmar Dias, destaca-se a definição, mais ampla, do ato cooperativo, destacando que a associação voluntária entre o cooperado e a cooperativa esta voltada a prestação de serviços, sem a finalidade de lucro. Ou seja, considera a cooperativa uma extensão da pessoa física do cooperado e equipara o ato cooperativo aos negócios auxiliares ou meios imprescindíveis a factibilidade do objetivo social. A segunda inovação significativa refere-se à possibilidade de abertura do capital da cooperativa mediante emissão, autorizada por assembleia geral, de Certificados de Aporte de Capital. Os compradores não teriam a condição de associados, mas apenas uma remuneração fixa ou percentual, sobre os ganhos do negocio cooperativo efetuado. A participação de não-sócios nas atividades de interesse da cooperativa poderia também ocorrer na forma de contratos de parceria, nos quais as formas de gestão e rateio dos resultados seriam previamente acordados entre a cooperativa e seus parceiros.

Esse relato demonstra bem o caráter capitalista assumido pelas cooperativas. Deixou-se de lado os objetivos de Rochdale, e passou-se a usar os objetivos dos dominadores. A busca incansável pelo lucro, entrou na era do cooperativismo brasileiro e catarinense, e a partir disso passou-se a deixar de lado o cooperado.

O cooperado que trabalha não tem mais prioridade. Ele só vai ter direito a uma parcela de tudo o que produziu. Enquanto o responsável pela cooperativa, fica com o resto. Assim podemos afirmar que durante muito pouco tempo o cooperativismo brasileiro e catarinense, considerado uma economia popular que visava o bem comum.

As cooperativas catarinenses participaram com plena consciência das mudanças que ocorreram. Concordando que para as cooperativas se manterem no mercado, era necessária a adaptação a nova ordem econômica que se estabelecia. Com isso o cooperativismo passou a ser uma alavanca para o sistema capitalista.

8) CONCLUSÃO

Frente em tudo o que nos foi exposto podemos concluir que, o cooperativismo com o passar do tempo vai adquirindo conceitos diferentes na mente das pessoas. As cooperativas com o passar dos anos perderam muito seu caráter, em vista dos princípios propostos pelos seus fundadores.

O cooperativismo sempre buscou a cooperação e as cooperativas são o principal instrumento dessa ação. Mas com o avanço da sociedade o homem foi se modificando socialmente, economicamente e politicamente, isso fez com que as cooperativas se adaptassem da melhor maneira possível. Foi dessa forma que se tornaram capitalistas.

O cooperativismo hoje trabalha em prol do lucro, adaptado a sociedade de classes que vivemos atualmente. Perdeu-se dessa forma alguns princípios, e o sentido de cooperação mudou - se completamente, pois o cooperado trabalha em conjunto com a cooperativa, mas o que recebe em troca é apenas uma parcela enquanto deveria ter os direitos de receber metade do que produziu.

As cooperativas estão espalhadas por toda a parte, de diversos ramos. Durante muito tempo elas foram a melhor forma de associação para trabalhadores em geral, mas como mudou sua visão de economia, agora as cooperativas passaram a ser vistas como uma empresa que gera emprego e lucro. Passou a ter a forma como de qualquer outra empresa.

REFERÊNCIAS

BURNUS, Eduard Mcnall. Lerner Robert E...Meacham, Standish. **História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas as naves espaciais** – v.2v São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

FIGUEIREDO, Ronise de Magalhães. **Dicionário Prático de Cooperativismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

FILHO, Cícero Viegulino da Silva. **Cooperativas de Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2002.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira.** 7.ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos. Editora S.A, 2002.

FUS FELD, Daniel R. **A Era dos Economistas.** São Paulo: Saraiva, 2001.

JORDAN, Mauro. **Cultura Organizacional e Valores Cooperativistas: a perspectiva dos dirigentes.** Florianópolis, 2000.

HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

HOBBSBAWM, Eric J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo.** Tradução de Donaldson M. Garshagen – 5 ed – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** 14 ed. São Paulo; Atlas S. A. 1995.

HUNT, E. K. **Historia do Pensamento Econômico.** Rio de Janeiro: Campus, 1981.

NETO, Francisco. Q. V. **Cooperativismo: Nova Abordagem Sócia – Jurídica.** Curitiba: Juruá, 2002.

OCESEC: Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. **O Cooperativismo Catarinense.** 2.ed. Coleção História do Cooperativismo: Florianópolis: OCESEC, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. **A Colonização de Santa Catarina.** Florianópolis: IBRDE, 1982.

PINHO, Diva B. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária.** São Paulo: Saraiva, 2004.

PINHO, Diva B. **Gênero e Desenvolvimento em Cooperativas: Compartilhando Igualdade e Responsabilidade.** Santo André: ESETEC, 2000.

SANTOS, Regina Bega. **Migrações no Brasil.** São Paulo: Scipione, 1994.

SILVA, Enio W. **Introdução à Reflexão Sociológica.** Ijuí: Unijui, 1998.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Iniciação a Sociológica.** 2 ed. São Paulo: Atual, 2000.

VENDRAMINI, Célia Regina ((org.)). **Educação em Movimento na Luta pela Terra.** Florianópolis : NUP/CED, 2002.